

## COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 12/XIII/2.<sup>a</sup> SL

Em 4 de outubro de 2016, reuniu, pelas 16 horas, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Audição no âmbito da apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 142/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 150/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), 152/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 153/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 157/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 160/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 218/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD), 219/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD), 220/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD), 221/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 225/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) e 226/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) – Dr. José Vera Jardim.**

O Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), agradeceu a presença do Dr. José Vera Jardim e concedeu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O Dr. José Vera Jardim começou por fazer referência ao [Projeto de Lei n.º 225/XIII/1.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"), referindo que um projeto deste tipo não resolverá grandes problemas, uma vez que o *lobby* no nosso país é feito de forma informal, sendo certo que o próprio projeto reconhece ser, ainda, um primeiro passo. No que respeita aos impedimentos e incompatibilidades, expôs julgar ser útil a criação de um guião sobre os diferentes pressupostos, considerando existir um núcleo comum de incompatibilidades entre as diversas bancadas, o que permitirá um acordo nesta matéria. Já no que concerne aos períodos de inabilidade para o exercício da função privada, referiu concordar com a existência desses períodos, mas não com o aumento dos prazos. Abordou, de seguida, a questão do controlo da riqueza, referindo que o principal problema é que a lei é feita sem que pense em quem exerce o controlo dessas leis, tendo o Tribunal Constitucional referido não dispor de meios para o efeito, motivo pelo qual simpatiza com a ideia de criação de uma entidade junto daquele tribunal, como propõe o Grupo Parlamentar do BE no seu [Projeto de Lei n.º 157/XIII/1.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos. Por fim, debruçou-se sobre a questão dos acréscimos patrimoniais não justificados, concordando que esta questão do «enriquecimento ilícito» seja abordada do ponto de vista fiscal, e deixando como ideias a necessidade de criação

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 12/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

de um mecanismo sancionatório para a falta de declaração, e que a luta contra a ocultação do património é feita pela apreensão desse mesmo património, e não com o recurso a penas de prisão.

Após a intervenção inicial do Dr. José Vera Jardim, usaram da palavra, para formular perguntas, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), Jorge Lacão (PS) e António Carlos Monteiro (CDS-PP), as quais foram respondidas conjuntamente, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados pelo convidado.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de outubro de 2016.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: aprovada a 17-01-2018**



**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 12/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Clara Marques Mendes  
Duarte Marques  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
João Torres  
Jorge Machado  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Luís Vilhena  
Margarida Balseiro Lopes  
Paulo Trigo Pereira  
Pedro Filipe Soares  
Sara Madruga da Costa  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Susana Lamas  
Vânia Dias da Silva  
André Pinotes Batista  
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar de Vasconcelos  
José Manuel Pureza  
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves